

## **Economia e sociedade em tempo de pandemia: as diversas faces do negacionismo**

Economy and society in a pandemic time: the different faces of negationism

*Aginaldo dos Santos<sup>1</sup>*

### **RESUMO**

Buscamos discutir neste artigo a intersecção entre as formas contemporâneas de negacionismo científico, a ascensão de forças políticas de extrema-direita na última década e a agenda econômica ultraliberal. Ainda que representem aparentemente abordagens distintas (uma anti-intelectual, outra pretensamente científica), todas convergem para a negação de evidências empíricas e do bom senso. O que as caracterizam são as convicções em suas posições, não a ação pautada em fatos, sendo estes últimos interpretados conforme seus interesses. Ao final do artigo, procuramos identificar tendências e possíveis desenlaces para esse embate entre o novo conservadorismo anti-democrático e as forças democráticas.

**Palavras-chave:** Negacionismo. Economia. Conflitos sociais.

---

<sup>1</sup> Doutor em Sociologia pela USP e docente de Economia Política do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas (DCPE) e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp, campus Marília. E-mail: aginaldo.santos@unesp.br

**ABSTRACT**

We seek to discuss in this article the intersection between contemporary forms of scientific negationism, the rise of extreme right-wing political forces in the last decade and the ultra-liberal economic agenda. Although they apparently represent different approaches (one as anti-intellectual, the other purportedly scientific), they all converge to deny empirical evidence and common sense. What characterizes them are the beliefs in their positions, not the action based on facts, the latter being interpreted according to their interests. At the end of the article, we seek to identify trends and possible links for this clash between the new anti-democratic conservatism and democratic forces.

**Keywords:** Negationism. Economy. Social conflicts.

## Introdução

A eclosão da crise sanitária e econômica derivada da epidemia de Covid-19, desde o final de 2019 na Ásia e na Europa, e ao longo de 2020 em todo o planeta, trouxe mais uma vez ao centro dos debates públicos o problema do negacionismo científico e histórico, com desdobramentos também em outras áreas do conhecimento, como a economia. Apesar dos inegáveis avanços científicos dos últimos séculos e do aperfeiçoamento dos dispositivos tecnológicos, que facilitaram muito a captação e mensuração de dados, cresce no mesmo ritmo os posicionamentos de negação de evidências científicas e de resistência ao debate racional.

Um grupo crescente de pessoas e instituições, religiosas e políticas, utiliza um posicionamento negacionista como arma de disputa na sociedade, com capacidade singular de congregar indivíduos com todos os tipos de frustrações e rancores. Mas, além da dimensão psicológica (com efeitos políticos), existe também outro tipo de negacionismo, especificamente no campo econômico: o da defesa intransigente de uma agenda de austeridade fiscal que deve ser conduzida a todo custo, mesmo em uma situação de tragédia sanitária. Na verdade, essas variantes de negacionismo se relacionam e, mesmo aparentando ter naturezas distintas (uma francamente irracionalista, outra pretensamente racional), fazem parte de um mesmo fenômeno que explica as dificuldades que o Brasil enfrenta desde a crise do segundo governo Dilma.

Será discutido neste artigo alguns aspectos conceituais do discurso negacionista, que é tão antigo quanto a abordagem iluminista no alvorecer da modernidade. A partir dessa aproximação conceitual, será apresentada a estratégia de utilização do irracional e das “realidades alternativas” (também conhecidas como *fake news*) no debate político contemporâneo, olhando com destaque o caso brasileiro. O tratamento da realidade nacional abrirá espaço para discutir o fenômeno do negacionismo econômico no país, no qual o *mainstream* acadêmico e midiático procuram impor uma agenda cada vez mais abandonada nas economias centrais. Ao final, tentaremos construir alguns cenários possíveis das consequências do negacionismo no curto e longo prazos.

### 1. O debate entre o “discurso racional”, a convicção e as interpretações dos fatos

A modernidade ocidental, que tem no Iluminismo europeu um marco importante, buscou construir uma separação clara entre Estado e religião, e com isso uma distinção entre objetividade

# MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

---

e subjetividade. Decisões políticas, bem como atividades econômicas, deveriam seguir o bom senso e as constatações de pesquisas científicas, guiadas por evidências empíricas, não o que determinava a tradição. Um texto clássico que descreve esta separação entre “esferas de valor” é o *Rejeições Religiosas do Mundo e suas Direções*, de Max Weber. Para o sociólogo alemão, a antiga mônada da religião que englobava todas as dimensões da vida humana foi substituída pelo “politeísmo de valores”, onde cada uma destas dimensões (“esferas”) ganhou autonomia, não só em relação à religião, mas em relação às demais.

A religião da fraternidade sempre se chocou com as ordens e valores deste mundo, e quanto mais coerentemente suas exigências foram levadas à prática, tanto mais agudo foi o choque. A divisão tornou-se habitualmente mais ampla na medida em que os valores do mundo foram racionalizados e sublimados em termos de suas próprias leis. (...) Uma economia racional é uma organização funcional orientada para os preços monetários que se originam nas lutas de interesses dos homens no mercado. O cálculo não é possível sem a estimativa em preços em dinheiro e, daí, sem lutas no mercado. O dinheiro é o elemento mais abstrato e “impessoal” que existe na vida humana. Quanto mais o mundo da economia capitalista moderna segue suas próprias leis imanentes, tanto menos acessível é a qualquer relação imaginável com uma ética religiosa de fraternidade (Weber, 1997, pp. 163-164).

Mas a leitura weberiana já trazia uma constatação preocupante, que outros autores vão seguir mais adiante: a modernidade criou indivíduos atormentados pela disputa de vários “deuses” (axiomas), sem uma hierarquia permanente. Se a religião não era mais a dimensão valorativa hegemônica, tampouco a ciência (ou a política, ou a economia *etc*) o era.

A cultura torna-se cada vez mais um centro absurdo de imperfeição, de injustiça, de sofrimento, pecado, futilidade, pois é necessariamente sobrecarregada de culpa, e seu desdobramento e diferenciação tornam-se assim, necessariamente, ainda mais insensatos. De um ponto de vista puramente ético, o mundo deve parecer fragmentário e sem valor sempre que julgado à luz do postulado religioso de um “significado” divino da existência. Essa desvalorização resulta do conflito entre a pretensão racional e a realidade, entre a ética racional e os valores em parte racionais e em parte irracionais. A toda construção da natureza específica de cada esfera especial existente no mundo, esse conflito parece destacar-se cada vez mais e de forma mais insolúvel (Weber, 1997, p. 187).

Na esteira de Weber, os pensadores da Escola de Frankfurt vão destacar como o Esclarecimento (*Aufklärung*) traz em seu bojo um projeto de dominação, não apenas da humanidade em relação à natureza, mas também de dominação entre a própria humanidade.

# MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

---

Buscando a objetividade por meio da investigação racional, na verdade o conhecimento gera novas hierarquias sociais e acentua ainda mais o estranhamento entre a espécie humana e o meio ambiente.

O programa do *esclarecimento* era o desencantamento do mundo. Sua meta era dissolver os mitos e substituir a imaginação pelo saber. Bacon, “o pai da filosofia experimental”, já reunira seus diferentes temas. Ele desprezava os adeptos da tradição, que “primeiro acreditam que os outros sabem o que eles não sabem; e depois que eles próprios sabem o que não sabem”. (...) Apesar de seu alheamento à matemática, Bacon capturou bem a mentalidade da ciência que se fez depois dele. O casamento feliz entre o entendimento humano e a natureza das coisas que ele tem em mente é patriarcal: o entendimento que vence a superstição deve imperar sobre a natureza desencantada. O saber que é poder não conhece barreira alguma, nem na escravização da criatura, nem na complacência em face dos senhores do mundo. Do mesmo modo que está a serviço de todos os fins da economia burguesa na fábrica e no campo de batalha, assim também está à disposição dos empresários, não importa sua origem (Adorno e Horkheimer, 1985, versão *ebook*).

A narrativa da racionalidade, no mundo moderno e classista, não conduz necessariamente à libertação dos indivíduos da ignorância, ao contrário: sem pressupostos dialógicos democráticos, pode criar e fortalecer novas hierarquias. Por outro lado, a resposta pós-moderna aos dilemas da racionalidade no mundo contemporâneo é uma receita niilista, pois coloca em xeque qualquer discurso de autoridade pautado em axiomas. Numa feliz reflexão sobre as consequências políticas da abordagem pós-moderna, o sociólogo Antônio Flávio Pierucci indica no seu artigo (depois ampliado para um livro) “Ciladas da Diferença” como a ênfase na ausência de qualquer hierarquia axiomática pode conduzir à justificação da barbárie.

Recentemente, a “nova esquerda” dos novos movimentos sociais, dos movimentos das minorias sobretudo, passou a tematizar o “direito à diferença”. Com base na convicção da “legitimidade das diferenças” passou a propor como novos imperativos categóricos para a esquerda o “respeito às diferenças”, a “defesa das identidades coletivas”, a “preservação das particularidades culturais”, o “respeito das mentalidades específicas”, a “irredutibilidade das experiências de gênero” e assim por diante. Ora muito bem, estas novas divisas de esquerda, que podem ser resumidas na reivindicação do “direito à diferença”, trazem em si mesmas um ardil, que a meu ver provém justamente desta ambiguidade, uma debilidade hereditária: o fato de ter sido o amor da diferença alimentado no campo (ultra)conservador duzentos anos a fio, e só muito recentemente incorporado em algumas faixas ou zonas do campo de esquerda, este fato torna o clamor pelo “direito à diferença” dificilmente distinguível da defesa das diferenças própria do estoque de certezas do senso comum conservador” (Pierucci, 1990, pp. 15-16).

Temos então que o relativismo potencializado aos últimos graus pode se transformar em uma arma de disputa política (com um tiro saindo pela culatra para a esquerda), pois permite colocar em questão qualquer enunciado pautado na autoridade científica ou em preceitos éticos, como os direitos humanos. Eles não seriam “universais”, e sim um “equivoco” construído pela modernidade, uma vez que as pessoas são “naturalmente desiguais”. Se não existem “universais”, então o pensamento conservador pode reivindicar sua “realidade alternativa”, condizente com sua cosmovisão. Desde o famoso caso do professor John Thomas Scopes, processado em 1925 por ensinar a teoria da evolução às crianças, no Tennessee (EUA)<sup>2</sup>, passando pelas diferentes teorias conspiratórias, até a ascensão do negacionismo climático, da defesa da Terra Plana e das campanhas anti-vacinas, vemos claramente essa influência. Vamos verificar alguns casos recentes em que a abordagem irracionalista dá suporte para agendas políticas bem concretas, que ganharam notoriedade nestas duas primeiras décadas do século XXI.

## **2. A versão como arma de disputa política**

Após décadas de políticas neoliberais, especialmente após o colapso da União Soviética, os níveis de concentração da riqueza e aumento da desigualdade saltaram para níveis comparáveis aos do século XIX, conforme aponta o economista francês Thomas Piketty<sup>3</sup> e outros. A crise financeira de 2008, e o posterior apoio do Estado para socorrer grandes empresas em diversos países, gerou uma onda de descontentamento que foi capitaneada de forma competente por forças de extrema-direita.

As vitórias nas urnas do Brexit (saída do Reino Unido da União Europeia) em 2016, de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos no mesmo ano, de Jair Bolsonaro no Brasil (2018) e outros, alertou para a importância de narrativas pretensamente anti-sistêmicas, com enorme ranço anti-intelectual. Mesmo representando forças defensoras do livre mercado, construíram discursos contra as grandes corporações, contra o Estado e contra a globalização,

---

<sup>2</sup> “Bandeirinhas, camelôs e chimpanzés: o julgamento contra a teoria da seleção natural”, por Reinaldo Lopes. Disponível em <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/historia-john-thomas-scopes-julgamento-teoria-selecao-natural.phtml>. Acessado em 26/01/2021.

<sup>3</sup> “Quando a taxa de remuneração do capital ultrapassa a taxa de crescimento da produção e da renda, como ocorreu no século XIX e parece provável que volte a ocorrer no século XXI, o capitalismo produz automaticamente desigualdades insustentáveis, arbitrarias, que ameaçam de maneira radical os valores de meritocracia sobre os quais se fundam nossas sociedades democráticas” (Piketty, 2014, p. 9).

atraindo um público afetado por enormes taxas de desemprego e por cortes nos serviços públicos. Desse modo, todo o ressentimento com a queda no padrão de vida, bem como de prestígio de parte da população branca (que, mesmo pobre, se via superior a negros, estrangeiros *etc*) criou as condições propícias para a disseminação de teorias conspiratórias.

De fato, tal estratégia está longe de ser uma novidade. Ao longo do século XIX e início do século XX, toda sorte de narrativas conspiratórias antisemitas foi utilizada pela extrema-direita e o ultraconservadorismo para defender um hipotético complô de judeus milionários para dominar os governos ao redor do mundo. Até um livro falsificado circulou com tais teses, os chamados “Protocolos dos Sábios de Sião”<sup>4</sup>. É desnecessário lembrar como tais ideias alimentaram a onda nazi-fascista dos anos 1930 e 1940. No pós-guerra, o afastamento dos antigos aliados Estados Unidos e União Soviética e o início da Guerra Fria criou uma paranóia anticomunista no ocidente, que foi utilizada como instrumento contra adversários dos conservadores dentro e fora dos EUA. Emergia, de novo, a ideia de um “governo oculto” que escondia verdades do povo simples, como as histórias de discos voadores em Roswell ou a armação do pouso de astronautas na Lua, filmada em um deserto estadunidense<sup>5</sup>. Apesar de exóticas, tais teorias nunca deixaram de atingir uma parte da população norte-americana, reforçada por posições de líderes evangélicos defensores de Israel, que defendem que o apocalipse ocorrerá na Terra Santa. Este amálgama de narrativas propiciou a emergência de estratégias políticas não só nos EUA, mas também do outro lado do Atlântico e ao sul do Rio Grande. O sociólogo Jessé Souza demonstra como a “fábrica de consentimentos” desenvolvida inicialmente nos Estados Unidos, depois exportada para todo o mundo, havia sido formulada por intelectuais como Walter Lippmann<sup>6</sup> e Edward Bernays na primeira metade do século passado:

Em um ensaio famoso de 1947, *The Engineering of Consent*, Bernays defende a tática da “abordagem indireta”. Os novos meios de comunicação instantânea (...) podem funcionar como plataformas de propaganda contra um governo e organizar a ação conjunta de eventuais opositores do regime, ainda que estejam distantes milhares de quilômetros entre si. Essas agências de produção do consentimento devem

---

<sup>4</sup> A história dessa falsificação e a contribuição para reforçar o antisemitismo entre o final do século XIX e início do século XX é contada na *graphic novel* **O Complô - a história secreta dos Protocolos dos Sábios de Sião**, de Will Eisner (Quadrinhos na Companhia, 2006). Umberto Eco, que faz o prefácio dessa obra, também escreveu um romance baseado na trama, **O Cemitério de Praga** (Editora Record, 2011).

<sup>5</sup> Uma compilação dessas pretensas teorias foi organizada pelo jornalista Edson Aran em **O Livro das Conspirações** (Editora Suma de Letras, 2016).

<sup>6</sup> Sobre a influência de Lippmann na articulação do pensamento econômico neoliberal no início do século passado, veja **A nova razão do mundo**, de Pierre Dardot e Christian Laval (Boitempo, 2016, p. 72).

fabricar notícias artificialmente e produzir eventos imaginativos para angariar adesão à deposição do regime (Souza, 2020, p. 83).

Partindo de uma abordagem elitista de psicologia social (Bernays era sobrinho de Sigmund Freud), esses intelectuais compreendiam a opinião pública como uma massa manipulável, que deveria ser conduzida por uma classe dirigente ilustrada. Essa elite dirigente deveria atuar não só em órgãos privados, como *think tanks*, mídia e universidades, como também dentro do Estado, ocupando postos importantes da burocracia, garantindo um *deep state*. Teorias conspiratórias poderiam ser mobilizadas em momentos decisivos para garantir a manutenção de privilégios, como em enfrentamentos com partidos e governos hostis à sua plataforma.

Historicamente, a expressão eleitoral dessas posições sempre foi pequena, tanto nos EUA quanto no Brasil, gravitando em torno dos 10% dos votos<sup>7</sup>. Às vezes, um ou outro parlamentar conseguia os votos necessários para se eleger, mas sempre se mantendo como uma minoria exótica. A expansão da globalização com agenda neoliberal conseguiu, por um tempo, manter forças políticas tradicionais, tanto com um perfil conservador clássico como com perfil progressista nos costumes, mas sempre executando uma plataforma favorável ao grande capital. Este, aliás, é um ponto que merece destaque: o financiamento de *think tanks* e grupos organizados nas redes sociais vem de milionários que se apresentam como “libertários”, com críticas direcionadas especialmente para os sistemas tributários e fiscais. Talvez os mais conhecidos dentre esses milionários sejam os irmãos Charles e David Koch.

A negação do aquecimento global é uma das suas bandeiras principais - tema essencial para o grupo *Koch Industries*, que se tornou o segundo maior produtor americano de carvão, petróleo, Lycra, carpete e produtos químicos. *Think tanks* e associações de cidadãos financiados por esses conglomerados ganham nomes de fachada que lembram a tradição comunitária americana - a mesma tradição de todos os institutos e organizações reacionários que possuem nomes como *Americans For Prosperity* ou *Citizens United* - , a verdadeira inspiração para falsos movimentos populares como o MBL no Brasil, anos mais tarde (Souza, 2020, pp. 154-155).

---

<sup>7</sup> Plínio Salgado obteve 8% nas eleições presidenciais de 1955; Enéas Carneiro (que dizia repudiar as classificações de esquerda e direita, mas se considerava conservador) obteve 7% dos votos nas eleições de 1994. Mesmo apresentando uma estrutura partidária e eleitoral distinta da brasileira, a extrema-direita é a quarta força política do país, se reunindo desde 1992 no Partido da Constituição, e recentemente no interior do Partido Republicano, por meio do movimento *Tea Party*. Veja verbetes “Partido da Constituição”, “Plínio Salgado” e “Enéas Carneiro” em [www.pt.wikipedia.org](http://www.pt.wikipedia.org).

Portanto, narrativas pretensamente *anti-establishment* são utilizadas por indivíduos e corporações interessados em reduzir a capacidade do Estado em tributar e oferecer serviços públicos, cuja natureza contrária à mercantilização é vista como “mau exemplo”.

A emergência de discursos aparentemente exóticos ou irracionalistas precisa ser compreendida nesse diapasão: uma forma de arregimentação política capaz de criar impacto eleitoral que garanta agendas econômicas ultraliberais. Como propunham as teses pós-modernas, a forma importa mais do que o conteúdo. E a forma, espetacular e emotiva, é perfeita para o tipo de arregimentação que a extrema-direita defende<sup>8</sup>.

Contudo, não é apenas esse perfil exótico e claramente anti-intelectual que compõe o universo negacionista das primeiras décadas do século XXI: existe também um “terraplanismo econômico”, especialmente forte no Brasil, que merece ser discutido. Porque se apresenta como “racional” e científico, em tese oposto ao negacionismo clássico.

### 3. Economia na Cama de Procusto<sup>9</sup>, ou a versão torturando os fatos

Um dos debates mais intensos na teoria econômica do século XX foi travado entre John M. Keynes e Friedrich Hayek. Ainda que seja colocado de forma simplista apenas como a defesa ou a crítica do papel do Estado na economia, o debate na verdade girava em torno da defesa de uma postura pragmática na gestão macroeconômica contra uma posição de princípios teóricos, com poucas evidências a confirmar suas premissas. Um debate sobre *problem solving* diante de uma crise estrutural do capitalismo contra uma postura de profunda convicção nos modelos econômicos considerados científicos, que explicavam movimentos quase “naturais” do mercado. Em geral, Keynes representava a primeira posição, Hayek a segunda:

É marca da sublime confiança de Hayek, com leve traço, talvez, da falta de temor que pode acompanhar a ignorância, que estivesse desejoso de enfrentar Keynes no território que era o próprio lar de Keynes. A resposta de Keynes foi de fogo contra fogo. O resultado foi Keynes solto, uma resposta quase visceral a um opositor que ele sentia ser tão estruturalmente conectado à estreiteza do pensamento da Escola

---

<sup>8</sup> O cientista político Mark Lilla lembra, por outro lado, que o reacionário não é simplesmente um conservador, um defensor do *status quo*: “A mente reacionária é uma mente naufragada. Onde os outros veem o rio do tempo fluindo como sempre fluiu, o reacionário enxerga os destroços do paraíso passado à deriva. Ele é um exilado do tempo. O revolucionário vê o futuro radioso que os outros não são capazes de ver, e com isso se exalta. O reacionário, imune às mentiras modernas, vê o passado em todo o seu esplendor, e também se sente exaltado. Sente-se em mais forte posição que o adversário por se julgar guardião do que de fato aconteceu, e não um profeta do que poderia ser” (Lilla, 2018, p. 12)

<sup>9</sup> Devo a lembrança do mito de Procusto ao colega Luís Antonio Paulino, cuja tese de doutorado foi intitulada **O Brasil no leito de Procusto** (Instituto de Economia, Unicamp, 1997).

Austríaca, que era incapaz de compreender um ponto de vista que exigisse ousado salto de imaginação. A dura resenha de Hayek de *A Treatise on Money* conjurou uivos de raiva de Keynes, que ficou ofendido pelo fracasso do oponente em considerar que Keynes publicava ideias reunidas por quase sete anos e vistas como trabalho em andamento (Wapshott, 2016, *ebook*).

A crise do antigo liberalismo, a Grande Depressão e a II Guerra Mundial criaram as condições para as ideias keynesianas ganharem o *mainstream* econômico, colocando as chamadas teses neoliberais na berlinda, circunscritas aos participantes da Sociedade Monte Pèlerin. Um aluno de Alfred Marshall, Paul Samuelson, foi o responsável por disseminar a “síntese neoclássica” com o seu livro didático *Economics*, reunindo a macroeconomia keynesiana e a microeconomia neoclássica<sup>10</sup>. Ao longo do pós-guerra, até a crise dos anos 1970, todos os gestores públicos e os departamentos de economia das universidades aceitavam a ideia de planos macroeconômicos garantindo a demanda efetiva, baseados em ampla participação dos salários no PIB, de políticas tributárias progressivas e de gastos públicos, especialmente em infraestrutura.

Mas então os diversos abalos econômicos da década de 1970 (o fim do padrão ouro-dólar, as quedas na produtividade industrial e os dois choques nos preços do petróleo) criaram as condições políticas para a contra-ofensiva neoliberal. Como uma vingança dos discípulos de Hayek e Von Mises outrora marginalizados, os economistas neoliberais passaram a compor o novo *mainstream* na universidade e nos governos das principais economias do mundo, se espalhando logo mais para a periferia do sistema. Austeridade fiscal, com cortes nos serviços públicos e na seguridade social, redução de impostos para as grandes fortunas, hostilidade com sindicatos e diminuição da massa salarial e privatizações de empresas estatais passaram a ser o mote dos governos a partir dos anos 1980. O fim da União Soviética, no início da década seguinte, aprofundou a crença nas virtudes da globalização neoliberal.

O ataque aos direitos dos trabalhadores e a redução da capacidade tributária dos Estados levou ao aumento das margens de lucros do grande capital, algo que era apresentado como evidência do acerto das medidas contidas no chamado “Consenso de Washington”, conjunto de

---

<sup>10</sup> “Antes do advento da imprensa, a Igreja usava dois métodos distintos para difundir sua doutrina. Os poucos que tinham instrução – monges, padres e eruditos – eram solicitados a ler a Bíblia em latim, copiando seus versículos linha por linha. Em contraste, às massas iletradas, as histórias da Bíblia eram ensinadas através de **imagens, pintadas como afrescos nas paredes das igrejas** e iluminadas em vitrais. Esta acabou se revelando uma estratégia de comunicação de massa muito bem-sucedida. Samuelson foi igualmente esperto: deixando de lado as equações dos especialistas, abraçou de corpo e alma os diagramas, imagens e gráficos para criar seu curso de economia integral para as massas” (Raworth, 2019, versão *ebook*).

medidas propostas em uma reunião do Banco Mundial no início dos anos 1990. O *mainstream* neoliberal passa a defender, então, a inevitabilidade de adoção de suas proposições, o caráter científico e objetivo de suas teses, e tudo o que destoava do receituário passou a ser chamado de “ideológico”:

Seja qual for a interpretação mais correta das crises financeiras, mais importante é a constatação do caráter reducionista do pensamento que se arroga foros de cientificidade. Sua função não é propriamente a de indagar ou investigar, senão a de simplificar: certo ou errado, bem ou mal. (...) Como sempre, destroçada pelas exigências da política antidemocrática dos tecnocratas de turno, a economia entrega seu destino às forças do empobrecimento conceitual e da apologética sem limites. O esvaziamento teórico se faz em nome da despolitização e da ‘limpeza ideológica’, da aproximação da economia do paradigma atribuído às ciências da natureza, em particular da física (Belluzzo e Galípolo, 2017, p. 15).

Mesmo com alguns economistas alertando para os perigos do aumento da desigualdade social e a volatilidade dos mercados financeiros desregulados no final do século passado, esta agenda continuou vigendo em quase toda a periferia do capitalismo e em muitos países do centro, até a eclosão da grande crise de 2008. A famosa pergunta feita pela rainha Elizabeth II ao diretor da *London School of Economics* (“Por que ninguém previu esta crise?”<sup>11</sup>) deixa o modelo nu em público, mas isso não significou o fim dessa agenda.

De fato, no final do mandato de George W. Bush e boa parte do governo Obama, houve forte intervenção do Estado para salvar a economia estadunidense e, em menor grau, também na União Europeia a ação estatal foi importante para deter a crise. Contudo, o mantra da austeridade continuou hegemônico na periferia do sistema, especialmente após a segunda onda da crise que atingiu a Grécia em 2012.

Há dois anos o público alemão está convencido de que a Alemanha escapou da pior das crises por causa de sua devoção virtuosa à frugalidade e ao trabalho duro; em contraste com os sulistas gastadores, que, como o instável gafanhoto, não fizeram nenhuma provisão para quando os ventos do financiamento se tornassem frios e desagradáveis. Essa mentalidade anda de mãos dadas com uma moralidade que implanta nos corações e mentes das pessoas de bem uma propensão a exigir uma punição aos gafanhotos - mesmo que, ao puni-los, também punam a si mesmo - até certo ponto (Varoufakis, 2016, p. 280).

---

<sup>11</sup> “Em conjunto, sob a égide da *British Academy*, só puderam confessar numa carta coletiva a Sua Majestade, após seis meses de estudo, ruminação e consulta minuciosa a importantes políticos, que haviam perdido de vista o que chamavam de “riscos sistêmicos”, que, como todos, haviam se perdido em uma ‘política de negação” (Harvey, 2011, p. 8).

A mídia corporativa e os centros do *mainstream* econômico continuaram a pregar o velho receituário de enxugamento do Estado e de cortes dos direitos sociais e trabalhistas, como sinal de “responsabilidade” e de “segurança”, apresentados como a única forma de atrair investimentos estrangeiros. Apesar dessa postura, e no caso brasileiro apesar das reformas liberais aceleradas a partir de 2016, o crescimento na segunda década foi muito abaixo do esperado e do necessário<sup>12</sup>.

Mesmo a mudança de posicionamento das agências multilaterais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional<sup>13</sup>, que gradativamente sugeriram um papel mais proeminente do Estado na recuperação econômica, a corrente principal dos economistas e a mídia corporativa mantiveram sua agenda. Começou então a luta dos economistas neoliberais contra os fatos, tal qual o mito grego de Procusto, que deitava suas vítimas na cama, esticando ou cortando os membros para ajustá-los ao leito. Se a redução da massa salarial com reformas trabalhistas não diminui o desemprego, nem atrai investimentos produtivos, é porque elas “não foram suficientes”. Se a atividade econômica cai com a redução do mercado interno, aumentando o *déficit* público devido à queda na arrecadação, sugere-se mais cortes nos gastos públicos e a esperança na recuperação da confiança dos empresários para novos investimentos.

Desse modo, vemos no país o encontro dos dois terraplanismos (o político e o econômico<sup>14</sup>) na campanha eleitoral de 2018, que acabou resultando na eleição de Jair Bolsonaro. O grande capital inicialmente apostava suas fichas nos velhos conhecidos do PSDB, com a candidatura de Geraldo Alckmin, que não decolou. Percebendo que o discurso extremista de direita tinha viabilidade eleitoral, aos poucos vai se aproximando do deputado e ex-capitão. O atentado sofrido por Bolsonaro antes da eleição foi o álibi para o candidato não participar de debates

---

<sup>12</sup> Estudo do Grupo de Conjuntura do IPEA, de março de 2020, indica que mesmo após as mudanças na legislação trabalhista e às medidas de austeridade fiscal, nos dois anos de governo Temer e no primeiro ano do governo Bolsonaro a média de crescimento do PIB ficou estagnada em torno de 1,1%. **Carta de Conjuntura - 2020, 1º trimestre**, nº 46. Disponível em [https://www.ipea.gov.br/porta/index.php?option=com\\_content&view=article&id=35348](https://www.ipea.gov.br/porta/index.php?option=com_content&view=article&id=35348). Acessado em 20/01/2021.

<sup>13</sup> “(...) O FMI adverte que ainda é muito cedo para suspender as medidas de apoio e que muitos países precisarão encontrar maneiras de ‘fazer mais com menos’, priorizando gastos e aumentando a eficiência. Segundo o FMI, os altos níveis de dívida pública não são o risco mais imediato. ‘A prioridade no curto prazo é evitar a retirada prematura de apoio fiscal’, diz o relatório. ‘O apoio deve continuar até pelo menos 2021, para sustentar a recuperação e limitar impactos de longo prazo’, afirmam os economistas”. Disponível em <https://economia.uol.com.br/noticias/bbc/2020/10/14/por-que-taxar-mais-ricos-pode-ser-saida-para-paises-endividados-apos-pandemia-na-visao-fmi.htm>. Acessado em 20/01/2020.

<sup>14</sup> “(...) Prêmio Nobel de Economia, Paul Romer escreveu em 2016 que a falta de espírito científico dos economistas fez com que um macroeconomista médio de hoje saiba menos que seu equivalente de trinta anos atrás. Romer ressalta que mais que o fato de os macroeconomistas dizerem coisas inconsistentes com os fatos, o verdadeiro problema seria que outros economistas não se importariam de os macroeconomistas não se preocuparem com os fatos. Nas palavras do autor: ‘uma tolerância indiferente ao erro óbvio é ainda mais corrosiva para a ciência do que a defesa comprometida do erro’” (Decache e Noronha, 2020).

públicos, onde teria que explicar sua plataforma econômica, que em linhas gerais era uma continuidade da gestão Michel Temer. Após eleito, anuncia um banqueiro, Paulo Guedes, como seu ministro da economia. E o que o novo governo propôs foram mais políticas de cunho liberal, apesar do fracasso dessa agenda nos dois anos de governo Temer. É a cama de Procusto...

Alguns analistas imaginaram que a explosão da pandemia do novo coronavírus em 2020 poderia mudar, ou ao menos amenizar, o ultraliberalismo do governo Bolsonaro. Todas as projeções indicavam queda enorme do PIB em todo o mundo, e especialmente no Brasil (algo entre -6% e -9%<sup>15</sup>), ainda com a economia fragilizada desde 2015. As economias centrais começaram a lançar mão de auxílios financeiros para pessoas e empresas poderem enfrentar o impacto econômico da pandemia. No entanto, tanto o governo quanto a mídia corporativa (e os economistas por ela consultados) continuaram a insistir na insuficiência das reformas liberais e no recrudescimento das medidas de austeridade fiscal, para criar um “ambiente favorável de negócios” que hipoteticamente conduziria à recuperação econômica.

Antes de terminar este tópico, vale lembrar como os modismos em economia e a miopia analítica ocorreram em dois momentos distantes historicamente, mas com diversos pontos de intersecção: o Encilhamento no governo provisório de Deodoro da Fonseca, sob o ministério de Rui Barbosa (1891) e a elaboração de implementação do Plano Real, entre os governos Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso (1994). O jornalista Luís Nassif analisa esse período no livro *Os Cabeças-de-Planilha*, e destaca como uma mistura de fundamentalismo ideológico e esperteza impediram que boas oportunidades para o desenvolvimento do país foram perdidas:

Rui Barbosa viu na reforma monetária a possibilidade de beneficiar grupos específicos - e de ser beneficiado por eles. Beneficiou especialmente o conselheiro Francisco de Paula Mayrink e saiu do governo sócio de três empresas dele. Entre os economistas do Real, o processo é semelhante. Eles surgem no bojo do Plano Cruzado, voltam com o Plano Real e implementam a troca de moedas. Deparam-se, nesse trabalho, com o negócio do século: a reciclagem da poupança brasileira que, desde meados dos anos 1980, se internacionalizara. (...) Quem comandou o movimento de atração de dólares foram os novos bancos de investimentos. A maior parte dos recursos externos captados era do grande capital brasileiro exportado nos anos anteriores. Em menos de um ano, a crise da inadimplência quebrou a espinha dorsal da indústria e da agricultura. Em vez de esterilização da dívida pública, houve crescimento exponencial para remunerar os fluxos de capitais externos (Nassif, 2007, pp. 30-33).

---

<sup>15</sup> “(...) O FMI agora vê uma queda de 4,5% no PIB brasileiro do ano passado. Em outubro, a estimativa era de um tombo de 5,8% - já bem menos acentuado que a queda de 9,1% que a entidade projetava para o ano em junho”. Disponível em <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/01/26/fmi-ve-nova-melhora-em-projecoes-para-pib-global-brasil-deve-ter-encolhido-45percent-em-2020.ghtml>. Acessado em 26/01/2021.

Sob o guarda-chuva ideológico do liberalismo (clássico, no século XIX, neoliberal, agora), gestores públicos (incentivados por operadores de mercado) adotaram medidas pró-cíclicas em situações de crise econômica. A ortodoxia, e uma forte dose de oportunismo, impediram que medidas mais sensatas e pragmáticas fossem adotadas (como, aliás, ocorreram em outros momentos da história brasileira). Passados vinte anos após a Era FHC, os erros continuam se repetindo.

É importante destacar que, exceto em alguns sites e blogs críticos ao *mainstream*, a quase totalidade da mídia continua defendendo a agenda econômica do governo Bolsonaro e seu aprofundamento. Esse tema do comportamento da mídia nacional, que exclui o contraditório e apresenta apenas a versão que interessa ao mercado financeiro, merece uma análise à parte, que alguns pesquisadores já estão desenvolvendo<sup>16</sup>. Para nós, importa as consequências políticas de tal comportamento. Ele reforça uma postura de defesa de versões do comportamento econômico sem respaldo empírico, apenas pautado em convicções. Tal qual o discurso que a extrema-direita propaga, anticientífico. Com a diferença que, interditando o debate, a narrativa do *mainstream* econômico se apresenta ironicamente como “científica”. A manutenção dessas versões nos debates político e econômico acarretará consequências de curto prazo e seus desdobramentos temporalmente mais distantes, que buscaremos prospectar no próximo item.

#### **4. Para onde o negacionismo nos conduzirá?**

É evidente que falar de projeções para um futuro distante funciona muito mais como exercício de futurologia, pois muitas variáveis estão em jogo, e ao final o quadro pode ser muito diferente daquele projetado. No entanto, podemos tentar identificar algumas tendências e como elas podem se desdobrar no curto e no médio prazos.

Existe um esforço analítico de encontrar similaridades e diferenças entre a experiência nazifascista dos anos 1930 e a atual onda ultra-conservadora. Os pontos de encontro são bem parecidos: discurso anti-intelectual, apelo às emoções no lugar da razão, utilização de meios de comunicação de massa (lá atrás o rádio, hoje a internet) para a arregimentação, valorização da força

---

<sup>16</sup> Uma das experiências mais conhecidas de análise da mídia brasileira é o projeto **Manchetômetro**, do Laboratório de Estudos de Mídia e Esfera Pública (LEMEP) da UERJ. Disponível em: <http://www.manchetometro.com.br/>.

e da violência<sup>17</sup>. Uma das diferenças notáveis, particularmente no caso brasileiro, é a ausência da defesa de um Estado forte como condutor de políticas econômicas que fortaleçam o mercado interno. A atual versão da extrema-direita, com nuances distintas na Europa, EUA e periferia do sistema, é ultra-liberal e apoia versões de anarco-capitalismo, o que quer que isso venha a significar.

O que preocupa aqueles que buscam identificar cenários futuros é o desenlace dos enfrentamentos entre os apoiadores do ultra-conservadorismo e os apoiadores de posições democráticas: no século passado, isso se resolveu apenas por meio da derrota militar do nazi-fascismo na II Guerra Mundial, que acarretou a perda de milhões de vidas. Guardando as proporções, o pano de fundo econômico atual também apresenta algumas semelhanças com aquele anterior: aumento da desigualdade social e crise estrutural do capitalismo, que só se recuperou por meio dos esforços de guerra e da reconstrução do pós-guerra. E temos um elemento novo, muito mais grave em termos estruturais - a crise ambiental<sup>18</sup>.

Em termos geopolíticos, também existe a dinâmica de enfrentamento entre uma potência em declínio (antes Grã-Bretanha, hoje EUA) e outra em ascensão (antes Alemanha, hoje China). Mas, ao contrário de um século atrás, a potência em ascensão não apresenta interesse em promover um confronto armado aberto, pelo contrário. Os documentos e declarações oficiais da República Popular da China insistem nas qualidades do mercado globalizado, pois a Ásia (e a China em particular) transformou-se no pólo mais dinâmico da economia internacional, portanto não haveria interesse em promover qualquer abalo nas relações geopolíticas.

Considerando estas variáveis, quais os cenários possíveis? Historicamente, discursos de ódio sustentados pela extrema-direita foram ridicularizados somente após suas derrotas militares. Mas foram muito influentes por quase duas décadas, antes de sua *débâcle*. O uso disseminado das mídias digitais atualmente criou um ambiente muito mais pernicioso para a divulgação de mentiras e teorias conspiratórias, motor da disputa hegemônica da extrema-direita. Pensando na perspectiva eleitoral, o uso do negacionismo e das *fake news* ainda mostram força, mesmo com a derrota de Donald Trump à reeleição nos EUA em novembro de 2020. As intenções de voto para uma

---

<sup>17</sup> Runciman (2019) afirma que as sociedades do século XXI são muito distintas das que viveram o nazi-fascismo nas primeiras décadas do século passado. O fim da democracia clássica não seria fruto de golpes de Estado como ocorreu em outros tempos, mas da própria maturidade do sistema. Otimista, sugere que devemos olhar mais para o futuro pós-democrático do que para o passado totalitário.

<sup>18</sup> Não vamos aprofundar aqui o tema, que valeria ele próprio outro artigo. Sugerimos, além do livro de Kate Raworth (2019), nosso artigo “Os impasses do desenvolvimento frente à crise ambiental”. CORSI, Francisco Luiz; SANTOS, Agnaldo dos. **Os rumos do Brasil e da América Latina**. Bauru, Canal 6, 2020.

eventual reeleição de Jair Bolsonaro ainda são expressivas<sup>19</sup>, mesmo com todo o impacto de seu comportamento no combate da pandemia (chamado por ele de “gripezinha” em março de 2020).

Todas as formas de negacionismo, de discurso de ódio e de *fake news* só se enfraqueceram ao longo da história recente após alguma forma de desmoralização, como a já citada derrota nazifascista na II Guerra, ou a derrota militar da ditadura argentina na Guerra das Malvinas, em 1982, que ajudou a desestruturar o regime ditatorial dos nossos vizinhos. Mas talvez seja precipitado apostar neste tipo de desfecho. Pois, como lembrado acima, a China (potência ascendente) não indica nenhuma intenção de ingressar em conflitos bélicos abertos. A mídia corporativa, apesar de ainda ter peso político relevante, não detém mais o monopólio da informação e formação da opinião pública, devido à presença da internet. E ainda existe a questão dos algoritmos das redes sociais e outras plataformas, que estão influenciando de maneira decisiva a opinião pública:

O perigo das máquinas desprovidas de inteligência é que, à medida que se tornam mais úteis e potentes, convencem os inteligentes seres humanos a lhes confiar tarefas em excesso. A capacidade de aprendizado de máquina (*machine learning*) hoje faculta aos computadores minerar quantidades descomunais de dados à procura de conclusões a que nenhum humano teria como chegar. E captando as regras do jogo à medida que avançam. (...) É a *machine learning* que revela ao Google o que você quer encontrar antes que você mesmo saiba. Mesmo sem consciência do que estão fazendo, as máquinas conseguem navegar melhor do que nós mesmos pelo mundo que construímos (Runciman, 2018, p. 133).

Esse é um terreno fértil para trabalhar sentimentos, inconscientes ou não. O ressentimento com a perda de qualidade no padrão de vida da classe média e dos trabalhadores, especialmente nas economias centrais, ainda é um alimento para discursos da extrema-direita. Tomando meias-verdades e invertendo as relações de causa e efeito, o neofascismo acusa supostas “elites globalistas” pelas mazelas (reais) causadas pela globalização, escondendo que grandes capitalistas os financiam, interessados em suas agendas econômicas ultra-liberais. De novo, nenhuma novidade quando comparado com o fascismo clássico dos anos 1930.

Uma questão importante é saber como ficará o outro lado do espectro político, a esquerda, diante deste quadro. Com o fim da União Soviética e dos projetos de revolução mundial nos moldes clássicos, a esquerda viu-se na contingência de “administrar” a crise estrutural do capitalismo. Algumas variantes social-democratas, como o trabalhismo inglês, abraçaram explicitamente a

---

<sup>19</sup> “Bolsonaro lidera intenção de voto para 2022 seguido por Lula, diz CNT/MDA”. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/01/22/cntmda-eleicoes-2022-bolsonaro-lula.htm>. Acessado em 21/01/2020.

plataforma neoliberal, mantendo alguns princípios civilizatórios para tentar se distinguir dos conservadores tradicionais. No Brasil, o exemplo foram os oito anos do governo Fernando Henrique Cardoso, entre 1995 e 2002. A eclosão da crise financeira mundial em 2008 ocorreu após décadas de concentração de renda e diminuição da participação dos salários na renda nacional, fenômeno igualmente mundial.

O cenário no fim de 2020 e início de 2021 indica possibilidades e desafios para as forças políticas identificadas com plataformas progressistas e lastreadas na razoabilidade. A derrota eleitoral de Donald Trump em novembro de 2020, mesmo garantindo certo fôlego ao fenômeno político que ele representa (devido ao grande número de votos), pode indicar o início do refluxo do crescimento da ultra-direita iniciada com o Brexit da Inglaterra. As manifestações populares no Chile entre 2019 e início de 2020 por uma nova constituição, as eleições na Bolívia que debelaram o golpe contra o MAS de Evo Morales, e mesmo a eleição de uma direita moderada no Uruguai (que não quer se alinhar automaticamente ao governo Bolsonaro), apontam para a mesma direção na América Latina. A eclosão da pandemia do novo coronavírus atingiu fortemente a economia mundial, e (como lembramos acima) organismos internacionais como o Banco Mundial e o FMI já afirmam explicitamente que os programas de austeridade fiscal devem ser abandonados, ao menos enquanto a doença não regredir. O Estado será fundamental para a implementação de programas sociais e investimentos públicos, sem as quais nenhuma recuperação será possível. Vai se formando um consenso, exceto nos meios ultraliberais, de que reformas fiscais emergenciais ou permanentes para fazer as grandes fortunas contribuírem com os aportes de recursos necessários é inescapável. A pergunta que muitos se fazem é se o Brasil conseguirá reconstruir sua teia produtiva e se inserir de maneira mais soberana nas negociações internacionais, após o impeachment de 2016 e os governos neoliberais de Temer e Bolsonaro.

Esse conjunto de fatores dispostos acima indica que existe um caminho possível de retomada de políticas progressistas. Mas não é um caminho inexorável nem óbvio, pois as forças políticas que viabilizaram o Brexit, Trump, Bolsonaro e outros líderes de extrema direita pelo mundo não foram amplamente derrotadas como em meados do século passado. Continuarão influentes e somente um enfrentamento aberto que desmascare os pressupostos falaciosos que os mantêm poderá garantir uma ampliação da democracia, ainda sob forte tensão e questionada em várias regiões do mundo. A tarefa não é simples, mas nunca foi tão necessária como agora.

# MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

---

## Referências

- ADORNO Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. (versão eletrônica *ebook*). Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1985.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga; GALÍPOLO, Gabriel. **Manda quem pode, obedece quem tem prejuízo**. São Paulo, Editora Contracorrente, 2017.
- DECACHE, David; NORONHA, Gustavo. “O Brasil flerta com um terraplanismo econômico”. **Outras Palavras**. Publicado em 21/04/2020. Disponível em <https://outraspalavras.net/mercadovsdemocracia/o-brasil-flerta-com-um-terraplanismo-economico/>. Acessado em 21/01/2021
- HARVEY, David. **O enigma do capital - e as crises do capitalismo**. São Paulo, Boitempo, 2011.
- LILLA, Mark. **A mente naufragada - sobre o espírito reacionário**. Rio de Janeiro, Record, 2018.
- NASSIF, Luís. **Os cabeças-de-planilha: como o pensamento econômico da Era FHC repetiu os equívocos de Rui Barbosa**. Rio de Janeiro, Ediouro, 2007.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. “Ciladas da Diferença”. **Tempo Social - Revista de Sociologia da USP**. Volume 2, nº 2, julho-dezembro de 1990.
- PIKETTY, Thomas. **O Capital no século XXI**. Rio de Janeiro, Intrínseca, 2014).
- RAWORTH, Kate. **Economia Donut: uma alternativa ao crescimento a qualquer custo**. (versão eletrônica *ebook*). Rio de Janeiro, Zahar, 2019.
- RUNCIMAN, David. **Como a democracia chega ao fim**. São Paulo, Todavia, 2018.
- SOUZA, Jessé. **A Guerra Contra o Brasil - como os EUA se uniram a uma organização criminosa para destruir o sonho brasileiro**. Rio de Janeiro, Estação Brasil, 2020.
- VAROUFAKIS, Yanis. **O minotauro global: a verdadeira origem da crise financeira e o futuro da economia global**. São Paulo, Autonomia Literária, 2016.
- WAPSHOTT, Nicholas. **Keynes x Hayek: a origem e a herança do maior duelo econômico da história**. (versão eletrônica *ebook*) Rio de Janeiro, Record, 2016
- WEBER, Max. “Rejeições religiosas do mundo e suas direções”. **Os Economistas**. São Paulo, Editora Nova Cultural, 1997.